



UEG

UEG - UNIVERSIDADE ESTADUAL
DE GOIÁS

Docente de Ensino
Superior

EDITAL N. 01 DE 22 DE SETEMBRO DE 2023

CÓD: SL-009DZ-23
7908433246114

Língua Portuguesa

1. Leitura e compreensão textual	7
2. Análise linguística nos níveis fonológico	8
3. morfológico.....	10
4. sintático.	17
5. Variação Linguística.....	21
6. Texto: tipologias, gêneros, estilos e modalidades discursivas.....	22
7. Intertextualidade e discurso relatado	24
8. Coesão e coerência textuais.	25
9. Relações lógico-discursivas e argumentatividade.....	26
10. Recursos semânticos e pragmáticos do discurso	26
11. Acarretamento e pressuposição.	27
12. Modalização linguística	28
13. Usos formais da língua portuguesa e norma-padrão.....	29

Realidade Étnica, Social, Histórica, Geográfica e Econômica do Estado de Goiás e do Brasil

1. Formação econômica de Goiás: a mineração no século XVIII, a agropecuária nos séculos XIXe XX, a estrada de ferro e a modernização da economia goiana	39
2. as transformações econômicas com a construção de Goiânia e Brasília, industrialização, infraestrutura e planejamento	43
3. Modernização da agricultura e urbanização do território goiano.	43
4. População goiana: povoamento, movimentos migratórios e densidade demográfica.	49
5. Economia goiana: industrialização e infraestrutura de transportes e comunicação	55
6. As regiões goianas e as desigualdades regionais	59
7. Aspectos físicos do território goiano: vegetação, hidrografia, clima e relevo.....	64
8. Aspectos da história política de Goiás: a independência em Goiás, o coronelismo na República Velha, as oligarquias, a Revolução de 1930 e a administração política de 1930 até os dias atuais	70
9. Aspectos da história social de Goiás: o povoamento branco, os grupos indígenas, a escravidão e a cultura negra, os movimentos sociais no campo e a cultura popular.....	74
10. Atualidades econômicas, políticas e sociais do Brasil, especialmente do Estado de Goiás	75

Legislação e Ética

1. Legislação - Lei n. 20.756/2020 – Que Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis do Estado de Goiás, das autarquias e fundações públicas estaduais.....	87
2. Lei n. 13.842/2001 – Plano de Carreira e Vencimentos do Pessoal do Magistério Público Superior da Fundação Universidade Estadual de Goiás.....	129
3. Lei n. 18.971/2015–Autonomia da UEG;	134
4. Decreto n. 9.593/2020 – Estatuto da UEG	135
5. Decreto Nº 9.837, DE 23 DE MARÇODE2021, que Institui o Código de Ética e Conduta Profissional do Servidor e da Alta Administração da administração pública direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo Estadual	154

Entrevista: texto expositivo e é marcado pela conversa de um entrevistador e um entrevistado para a obtenção de informações. Tem como principal característica transmitir a opinião de pessoas de destaque sobre algum assunto de interesse.

Cantiga de roda: gênero empírico, que na escola se materializa em uma concretude da realidade. A cantiga de roda permite as crianças terem mais sentido em relação a leitura e escrita, ajudando os professores a identificar o nível de alfabetização delas.

Receita: texto instrucional e injuntivo que tem como objetivo de informar, aconselhar, ou seja, recomendam dando uma certa liberdade para quem recebe a informação.

ANÁLISE LINGUÍSTICA NOS NÍVEIS FONOLÓGICO,

FONOLOGIA – ESTRUTURA FONÉTICA

— Fonologia

Fonologia¹ é o ramo da linguística que estuda o sistema sonoro de um idioma. Ao estudar a maneira como os fones ou fonemas (sons) se organizam dentro de uma língua, classifica-os em unidades capazes de distinguir significados.

²A Fonologia estuda o ponto de vista funcional dos Fonemas.

— Estrutura Fonética

Fonema

O fonema³ é a menor unidade sonora da palavra e exerce duas funções: formar palavras e distinguir uma palavra da outra. Veja o exemplo:

C + A + M + A = CAMA. Quatro fonemas (sons) se combinaram e formaram uma palavra. Se substituirmos agora o som M por N, haverá uma nova palavra, CANA.

A combinação de diferentes fonemas permite a formação de novas palavras com diferentes sentidos. Portanto, os fonemas de uma língua têm duas funções bem importantes: **formar palavras e distinguir uma palavra da outra.**

Ex.: mim / sim / gim...

Letra

A letra é um símbolo que representa um som, é a representação gráfica dos fonemas da fala. É bom saber dois aspectos da letra: **pode representar mais de um fonema ou pode simplesmente ajudar na pronúncia de um fonema.**

Por exemplo, a letra X pode representar os sons X (*enxame*), Z (*exame*), S (*têxtil*) e KS (*sexo*; neste caso a letra X representa dois fonemas – K e S = KS). Ou seja, uma letra pode representar mais de um fonema.

Às vezes a letra é chamada de **diacrítica**, pois vem à direita de outra letra para representar um fonema só. Por exemplo, na palavra *cachaça*, a letra H não representa som algum, mas, nesta situação, ajuda-nos a perceber que CH tem som de X, como em *xaveco*.

1 <https://bit.ly/36RQAOb>.

2 <https://bit.ly/2slhcYZ>.

3 PESTANA, Fernando. *A gramática para concursos públicos*. – 1. ed. – Rio de Janeiro:

Elsevier, 2013.

Vale a pena dizer que nem sempre as palavras apresentam número idêntico de letras e fonemas.

Ex.: bola > 4 letras, 4 fonemas
guia > 4 letras, 3 fonemas

Os fonemas classificam-se em **vogais, semivogais e consoantes.**

Vogais

São fonemas produzidos livremente, sem obstrução da passagem do ar. São mais tônicos, ou seja, têm a pronúncia mais forte que as semivogais. São o centro de toda sílaba. Podem ser **orais** (timbre aberto ou fechado) ou **nasais** (indicadas pelo ~, m, n). As vogais são A, E, I, O, U, que podem ser representadas pelas letras abaixo. Veja:

A: brasa (oral), lama (nasal)
E: sério (oral), entrada (oral, timbre fechado), dentro (nasal)
I: antigo (oral), índio (nasal)
O: poste (oral), molho (oral, timbre fechado), longe (nasal)
U: saúde (oral), juntar (nasal)
Y: hobby (oral)

Observação: As vogais ainda podem ser tônicas ou átonas.

Tônica aquela pronunciada com maior intensidade. Ex.: café, bola, vidro.

Átona aquela pronunciada com menor intensidade. Ex.: café, bola, vidro.

Semivogais

São as letras “e”, “i”, “o”, “u”, representadas pelos fonemas (e, y, o, w), quando formam sílaba com uma vogal. Ex.: No vocábulo “história” a sílaba “ria” apresenta a vogal “a” e a semivogal “i”.

Os fonemas semivocálicos (ou semivogais) têm o som de I e U (apoiados em uma vogal, na mesma sílaba). São menos tônicos (mais fracos na pronúncia) que as vogais. São representados pelas letras I, U, E, O, M, N, W, Y. Veja:

– **paí:** a letra I representa uma semivogal, pois está apoiada em uma vogal, na mesma sílaba.

– **mouro:** a letra U representa uma semivogal, pois está apoiada em uma vogal, na mesma sílaba.

– **mãe:** a letra E representa uma semivogal, pois tem som de I e está apoiada em uma vogal, na mesma sílaba.

– **pão:** a letra O representa uma semivogal, pois tem som de U e está apoiada em uma vogal, na mesma sílaba.

– **cantam:** a letra M representa uma semivogal, pois tem som de U e está apoiada em uma vogal, na mesma sílaba (= cantãu).

– **dancem:** a letra M representa uma semivogal, pois tem som de I e está apoiada em uma vogal, na mesma sílaba (= dancêi).

– **hifen:** a letra N representa uma semivogal, pois tem som de I e está apoiada em uma vogal, na mesma sílaba (= híféi).

– **glutens:** a letra N representa uma semivogal, pois tem som de I e está apoiada em uma vogal, na mesma sílaba (= glutêis).

– **windsurf:** a letra W representa uma semivogal, pois tem som de U e está apoiada em uma vogal, na mesma sílaba.

– **office boy:** a letra Y representa uma semivogal, pois tem som de I e está apoiada em uma vogal, na mesma sílaba.

Além desses programas de incentivo, Goiás conta ainda com recursos do Fundo Constitucional do Centro Oeste (FCO). O FCO foi criado em 1988 com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento econômico e social do Centro-Oeste brasileiro. O aporte permanente dos recursos do Fundo, pela União, (29% para Goiás, 29% para Mato Grosso, 23% para Mato Grosso do Sul e 19% para o Distrito Federal) possibilita financiamentos de longo prazo para os setores econômicos, gerando novas perspectivas de investimentos para o empresariado.

Goiás capta em média 27% do FCO ou R\$ 4 bilhões anuais em investimentos. Desse aporte, cerca de 50% foram direcionados para a modalidade empresarial e 50% para financiamento de atividades rurais.

Política fiscal

A política fiscal foi o instrumento macroeconômico mais demandado pelos agentes econômicos para mitigar os impactos negativos da pandemia da covid-19. Isso se refletiu por meio do agravamento das contas públicas tanto em nível federal, bem como estadual ao longo do ano de 2020. Isso ficou evidente à luz do conjunto de ações de âmbito fiscal (exonerações, programas de transferências de renda e demais ações) anunciadas e efetivadas ao longo de 2020.

Pela ótica das receitas e despesas, por exemplo, em 2020, o déficit primário do governo central foi de R\$ 743,1 bilhões, ante R\$ 95 bilhões em 2019. Conforme os números anunciados pelo Ministério da Economia (ME) a quase totalidade nesse aumento expressivo é explicado pelo impacto da pandemia da covid-19 no orçamento governamental. Adicionalmente, o governo estimou que o impacto primário foi de R\$ 26,2 bilhões de reduções de alíquotas de impostos e R\$ 594,2 bilhões de gastos. Em relação ao endividamento a dívida Bruta do Governo Geral (DBGG) e a Dívida Líquida do Setor Público (DLSP) encerraram o ano em 89,7% e 62,0% do PIB, respectivamente. Cabe reforçar que tais crescimentos estão associados às ações de enfrentamento a covid-19.

Política monetária, inflação e crédito

O ano de 2021 iniciou com um repique inflacionário acima do esperado pelo governo, bem como pelos agentes econômicos, sinalizando que o período de bonança na política monetária com inflação e juros baixos não permaneceria ao longo do ano de 2021.

Assim, desde março, o Copom vem aumentando os juros em 0,75% a cada reunião, visando ancorar as expectativas inflacionárias para dentro do intervalo tolerável pela meta de inflação. Com a inflação ultrapassando os 8% e com previsões de alta nas previsões de inflação para horizontes mais longos, o período de uma política monetária expansionista foi encerrado pelo Banco Central do Brasil. Conforme as últimas atas das reuniões do COPOM, espera-se que esse quadro de aumento da SELIC ainda continuará para os próximos meses.

Inflação

A inflação ocorrida no primeiro trimestre desse ano (2021) foi pressionada fortemente por dois dos principais grupos de despesas e com maior peso no orçamento familiar. Os grupos Alimentação e bebidas e Transportes já acumulam índices bastantes elevados para este período, 2,05% e 6,61% respectivamente.

Cenário Goiânia

Os índices IPCA e INPC, na cidade de Goiânia, encerraram o trimestre com variação acumulada bastante elevada, com 2,06% e 1,38%, respectivamente. Lembrando que, essa situação é explicada pela turbulência que ocorreu no varejo promovida pela alta nos preços das matérias primas, depreciação do real e pela forte

alta de diversas commodities, destaque para os seguidos aumentos nos preços dos combustíveis nos meses de fevereiro e março, além de vários produtos alimentícios, todos esses aumentos de preços acabaram por posicionar a capital goiana com os maiores índices de inflação para o período, entre as capitais pesquisadas.

Crédito

Como reflexo das ações monetárias e creditícias anunciadas pelo governo Federal para mitigar o impacto da pandemia da covid-19, no faturamento e nos efeitos de médio e longo prazo no ano de 2020, houve um crescimento considerável nas operações de crédito tanto para pessoas físicas, como jurídicas. No que tange aos três primeiros meses do ano de 2021, observa-se uma trajetória ascendente quando comparado ao mesmo período do ano de 2020. Sobre o crédito às famílias, uma justificativa é o aumento no crédito imobiliário, porém, para as pessoas jurídicas associada ao crédito rural.

Mercado de trabalho

Em relação ao mercado de trabalho, com exceção aos estados de Roraima e Amazonas, houve um aumento generalizado do desemprego entre o 1º trimestre de 2020 e 1º trimestre de 2021 nas unidades subnacionais do Brasil.

O estado de Goiás ficou no 8º lugar entre as unidades da Federação com as menores taxas de desocupação, apresentando um aumento de 2,2 p.p. entre 2020 e 2021, a taxa de desocupação passou de 11,3% para 13,5%, taxas inferiores à nacional que foi, respectivamente, de 12,2% e 14,7%.

Com relação às pessoas que estão inseridas no mercado de trabalho goiano, a população economicamente ativa na força de trabalho sofreu uma queda de 2,77 p.p., no 1º trimestre de 2020, contava com um percentual 52,76%, ou 3.734.582 pessoas e passou em 2021 para 49,98% (3.585.367 pessoas). Desse total, estima-se um quantitativo de 3.311.233 indivíduos ocupados no 1º trim/2020 e 3.099.981 no 1º trim/2021.

A remuneração média brasileira no 1º trim/2020 foi de R\$ 2.023,09 e no mesmo período de 2021 caiu para R\$ 1.838,09, embora o estado Goiás apresente uma remuneração superior da nacional, seguiu a mesma tendência de redução, com respectivamente R\$ 2.526,11 e R\$ 2.392,6.

Em relação ao emprego formal os dados do Caged, diante de uma desaceleração econômica aguda oriunda da pandemia da covid-19, mostra que o emprego se manteve firme em Goiás, no 1º trimestre de 2021 ficou no 7º lugar entre as unidades da Federação com saldo de 39.911 empregos, embora tenha ficado na 5ª posição no mesmo período do ano anterior, o saldo era bem inferior (17.026).

IDHM

O IDHM, assim como o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), leva em consideração indicadores de educação, longevidade e renda. Embora abordando os mesmos temas, os indicadores levados em conta no IDHM são mais adequados para retratar as condições em núcleos sociais menores. No IDHM o cálculo do indicador de educação, considera, adicionalmente ao IDH, a taxa de alfabetização de pessoas acima de 15 anos de idade e a taxa bruta de frequência à escola. No que diz respeito à longevidade, este é semelhante ao IDH, ou seja, a esperança de vida ao nascer. Por fim, referente à renda, o indicador utilizado é a renda municipal per capita.

Trabalho e rendimento (fonte IBGE):

Rendimento nominal mensal domiciliar per capita [2020]	1.258 R\$
Pessoas de 16 anos ou mais ocupadas na semana de referência [2016]	3.238 pessoas (×1000)
Proporção de pessoas de 16 anos ou mais em trabalho formal, considerando apenas as ocupadas na semana de referência [2016]	58,3 %
Proporção de pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência em trabalhos formais [2020]	59,0 %
Rendimento médio real habitual do trabalho principal das pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência em trabalhos formais [2020]	2.400 R\$
Pessoal ocupado na Administração pública, defesa e seguridade social [2019]	223.547 pessoas

A importância do estudo de atualidades

Dentre todas as disciplinas com as quais concurseiros e estudantes de todo o país se preocupam, a de atualidades tem se tornado cada vez mais relevante. Quando pensamos em matemática, língua portuguesa, biologia, entre outras disciplinas, inevitavelmente as colocamos em um patamar mais elevado que outras que nos parecem menos importantes, pois de algum modo nos é ensinado a hierarquizar a relevância de certos conhecimentos desde os tempos de escola.

No, entanto, atualidades é o único tema que insere o indivíduo no estudo do momento presente, seus acontecimentos, eventos e transformações. O conhecimento do mundo em que se vive de modo algum deve ser visto como irrelevante no estudo para concursos, pois permite que o indivíduo vá além do conhecimento técnico e explore novas perspectivas quanto à conhecimento de mundo.

Em sua grande maioria, as questões de atualidades em concursos são sobre fatos e acontecimentos de interesse público, mas podem também apresentar conhecimentos específicos do meio político, social ou econômico, sejam eles sobre música, arte, política, economia, figuras públicas, leis etc. Seja qual for a área, as questões de atualidades auxiliam as bancas a peneirarem os candidatos e selecionarem os melhores preparados não apenas de modo técnico.

Sendo assim, estudar atualidades é o ato de se manter constantemente informado. Os temas de atualidades em concursos são sempre relevantes. É certo que nem todas as notícias que você vê na televisão ou ouve no rádio aparecem nas questões, manter-se informado, porém, sobre as principais notícias de relevância nacional e internacional em pauta é o caminho, pois são debates de extrema recorrência na mídia.

O grande desafio, nos tempos atuais, é separar o joio do trigo. Com o grande fluxo de informações que recebemos diariamente, é preciso filtrar com sabedoria o que de fato se está consumindo. Por diversas vezes, os meios de comunicação (TV, internet, rádio etc.) adaptam o formato jornalístico ou informacional para transmitir outros tipos de informação, como fofocas, vidas de celebridades, futebol, acontecimentos de novelas, que não devem de modo algum serem inseridos como parte do estudo de atualidades. Os interesses pessoais em assuntos deste cunho não são condenáveis de modo algum, mas são triviais quanto ao estudo.

Ainda assim, mesmo que tentemos nos manter atualizados através de revistas e telejornais, o fluxo interminável e ininterrupto de informações veiculados impede que saibamos de fato como estudar. Apostilas e livros de concursos impressos também se tornam rapidamente desatualizados e obsoletos, pois atualidades é uma disciplina que se renova a cada instante.

O mundo da informação está cada vez mais virtual e tecnológico, as sociedades se informam pela internet e as compartilham em velocidades incalculáveis. Pensando nisso, a editora prepara mensalmente o material de atualidades de mais diversos campos do conhecimento (tecnologia, Brasil, política, ética, meio ambiente, jurisdição etc.) na “Área do Cliente”.

Lá, o concurseiro encontrará um material completo de aula preparado com muito carinho para seu melhor aproveitamento. Com o material disponibilizado online, você poderá conferir e checar os fatos e fontes de imediato através dos veículos de comunicação virtuais, tornando a ponte entre o estudo desta disciplina tão fluida e a veracidade das informações um caminho certo.

QUESTÕES

1. (PREFEITURA DE VÁRZEA - PB - AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - EDUCA - 2019) É chamada de “Capital do Cerrado”. Está localizada no Planalto Central e possui cerca de 1 milhão de habitantes.

A capital que o texto faz referência é:

- (A) Goiânia.
- (B) Brasília.
- (C) Teresina.
- (D) João Pessoa.
- (E) Aracaju.

2. (PREFEITURA DE GOIANIRA – GO – ANALISTA AMBIENTAL ENGENHEIRO AMBIENTAL – CS-UFG – 2019) A Cidade de Goiás, declarada patrimônio histórico, surgiu às margens do Rio Vermelho, fruto da

- (A) fixação dos entrepostos comerciais criados pelos tropeiros.
- (B) expansão das lavouras cafeeiras realizada pelos fazendeiros.
- (C) atividade de exploração mineradora iniciada pelos bandeirantes.
- (D) implementação da pecuária extensiva promovida pelos colonizadores.

Art. 65. Os institutos acadêmicos têm a função de integrar a Administração Central com os coordenadores de cursos e estes com os docentes que atuam nos campus e nas unidades universitárias.

Art. 66. Para desenvolvimento de sua função, compete aos institutos acadêmicos:

I - orientar, coordenar e supervisionar as atividades dos cursos de sua jurisdição;

II - implementar as políticas institucionais de ensino, pesquisa e extensão nos cursos de sua jurisdição;

III - dar cumprimento a diretrizes, orientações e ações emanadas das pró-reitorias;

IV - propor a criação, fusão, alteração ou extinção de cursos;

V - elaborar o plano de trabalho anual;

VI - encaminhar relatório concernente às atividades e às orientações provenientes das pró-reitorias;

VII - elaborar, anualmente, relatório das atividades do instituto e encaminhá-lo ao Gabinete do Reitor; e

VIII - executar outras atividades correlatas.

Art. 67. A UEG é composta pelos seguintes institutos acadêmicos:

I - Instituto Acadêmico de Educação e Licenciaturas;

II - Instituto Acadêmico de Ciências da Saúde e Biológicas;

III - Instituto Acadêmico de Ciências Tecnológicas;

IV - Instituto Acadêmico de Ciências Sociais Aplicadas; e

V - Instituto Acadêmico de Ciências Agrárias e Sustentabilidade.

Art. 68. Todos os docentes da Universidade serão vinculados a um instituto, de acordo com sua área de formação na graduação e na pós-graduação.

Art. 69. O instituto acadêmico deve, em coordenação com os coordenadores de campus, remanejar os docentes, entre os diferentes campus e unidades universitárias, para que atendam, de forma efetiva, toda a demanda de ensino, pesquisa e extensão de seu instituto.

Parágrafo único. Para a consecução do previsto no caput deste artigo, o diretor do instituto acadêmico pode, de forma justificada, propor ao Reitor carga horária parcial de um docente em campus distintos de sua lotação originária, bem como propor ao Reitor mudança temporária de lotação de determinado docente, conforme legislação vigente.

Art. 70. Para a ocupação do cargo de Diretor, haverá consulta à comunidade acadêmica por meio de seus discentes, docentes e servidores técnico-administrativos vinculados ao respectivo instituto, para formação de lista triplíce, que será enviada ao Governador do Estado, a fim de ser feita a nomeação entre os nomes escolhidos, conforme a legislação vigente.

Art. 71. São atribuições do diretor de instituto acadêmico:

I - promover a articulação da Administração Central com os coordenadores de cursos que compõem o Instituto sob sua gestão e destes com os docentes que atuam nos campus e nas unidades universitárias;

II - promover, em consonância com os colegiados de cursos, a integração de disciplinas, atividades interdisciplinares, atividades didático-pedagógicas e o desenvolvimento de programas de pesquisa e extensão multidisciplinares;

III - propor ao Reitor alocação dos docentes nos cursos, em diferentes campus e unidades universitárias, que compõem o instituto acadêmico de acordo com a demanda de seus coordenadores;

IV - propor ao Reitor modulação de carga horária de docentes nas atividades de ensino, pesquisa e extensão;

V - promover a avaliação dos docentes de forma periódica;

VI - encaminhar à Administração Central as solicitações de afastamento parcial ou integral para mestrado, doutorado ou pós-doutorado, após aprovação do Colegiado de Coordenadores de Cursos, desde que não gere necessidade de contratação de novos docentes temporários;

VII - encaminhar ao Conselho Universitário proposta de criação, fusão, alteração ou extinção de cursos, elaborada por, no mínimo, um dos colegiados de cursos e devidamente aprovada pelo Colegiado de Coordenadores de Cursos;

VIII - garantir, com o aval do Gabinete do Reitor, os insumos necessários às aulas dos diversos cursos;

IX - participar na definição e na execução da política de desenvolvimento das bibliotecas, incluindo as medidas relacionadas ao descarte de obras do acervo dos campus e das unidades universitárias;

X - propor critérios avaliativos e incentivar a adesão ao processo de avaliação institucional;

XI - propor e observar indicadores para avaliação dos cursos na dimensão didático-pedagógica;

XII - promover ações de incentivo à adesão às avaliações externas e de conscientização sobre sua importância; e

XIII - implementar políticas de integração e acompanhamento de egressos dos cursos.

Art. 72. As decisões dos Institutos Acadêmicos serão debatidas em cada Colegiado de Coordenadores de Cursos.

SEÇÃO I

DO COLEGIADO DE COORDENADORES DE CURSOS

Art. 73. O Colegiado de Coordenadores de Cursos é órgão deliberativo e consultivo em assuntos de ensino, pesquisa, extensão e comunitários, dentro de cada instituto acadêmico, no âmbito de suas competências, e é formado pelos coordenadores dos cursos que o integram.

Art. 74. O funcionamento, a periodicidade de reuniões e o rito da tomada de decisões do Colegiado de Coordenadores de Cursos serão regulamentados pelo Regimento Geral da UEG.

Art. 75. São atribuições do Colegiado de Coordenadores de Cursos em cada instituto acadêmico:

I - constituir comissões especiais para assuntos relativos a ensino, pesquisa e extensão;

II - propor a criação, a reformulação ou a desativação de cursos de graduação;

III - elaborar o planejamento e o relatório de planejamento;

IV - apreciar o Projeto Pedagógico de cada curso de graduação, bem como suas modificações, e colaborar com seu desenvolvimento;

V - deliberar sobre cursos e programas de extensão e projetos de pesquisa, bem como sobre as demais atividades ali desenvolvidas;

VI - assessorar, como órgão consultivo, o Diretor do instituto em suas atribuições;

VII - sugerir e divulgar medidas que visem ao aperfeiçoamento e ao desenvolvimento das atividades, bem como emitir parecer sobre assuntos pertinentes que lhes sejam submetidos pela Direção;

VIII - aprovar os currículos dos cursos de graduação de sua área, bem como suas alterações;